

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAÍS APARECIDA CAMILO SILVA

**A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS:
Um Estudo de Caso sobre São Roque de Minas**

Uberlândia

2021

LAÍS APARECIDA CAMILO SILVA

**A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS:
Um Estudo de Caso sobre São Roque de Minas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia Regional.

Orientadora: Soraia Aparecida Cardozo

Uberlândia

2021

LAÍS APARECIDA CAMILO SILVA

**A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS:
Um Estudo de Caso sobre São Roque de Minas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia Regional.

Uberlândia, 17 de junho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Soraia Aparecida Cardozo (UFU)

Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães – (UFU)

Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins (UFU)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudo.

Aos meus amigos e família por todo apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

A professora Soraia, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com tanta dedicação.

E a todos aqueles que contribuíram de, alguma forma, para a realização deste trabalho.

RESUMO

Em 1991, diante de um cenário de estagnação da atividade econômica no município São Roque de Minas em Minas Gerais devido a liquidação da praça bancária do município, um grupo de 22 empresários locais criam uma cooperativa de crédito com o objetivo de reerguer o município sem perspectiva ao ver o fim de sua praça bancária. Dados do Censo (2010) nos mostram bons indicadores sobre o município, dessa forma, através de uma abordagem pós-keynesiana da moeda, teorias da economia regional, dados financeiros e de desenvolvimento temos o objetivo de analisar a criação e os impactos da Cooperativa Sicoob Saromcredi na economia do município.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito, pós-keynesiana, economia regional e urbana, crédito, cooperativismo, moeda, território.

ABSTRACT

In 1991, faced with a scenario of economic stagnation in the municipality of São Roque de Minas in Minas Gerais due to the liquidation of the municipality's banking square, a group of 22 local businessmen created a credit cooperative with the objective of rebuilding the municipality without any perspective. when you see the end of your banking square. Data from the Census 2010) show us good indicators about the municipality, thus, through a post-Keynesian approach to currency, theories of regional economics, financial and development data, we aim to analyze the creation and impacts of the Sicoob Cooperative Saromcredi in the economy of the municipality.

Keywords: Credit unions, post-Keynesian, regional and urban economy, credit, cooperatives, currency, territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. MOEDA E TERITÓRIO	14
CAPÍTULO 2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	24
CAPÍTULO 3. COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO 1 - NORMATIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL NO PERÍODO 1907 A 2008	52

INTRODUÇÃO

Com o nome em homenagem ao padroeiro do município, São Roque de Minas tem sua história marcada por povos dizimados, em um primeiro momento foram os índios Cataguazes e posteriormente os escravos fugidos de fazendas da região que ali instauraram seus quilombos. Após o extermínio desses povos, em 1758, a região passa a ser povoada por uma população que migravam das áreas de mineração em decadência e que ali encontraram disponibilidade de solos férteis, logo se especializaram em culturas e criação bovina. A abundância de solos férteis atraiu, cada vez mais, novos moradores e, assim, progrediu o distrito, que se emancipou como município em 1962, com uma economia baseada essencialmente em atividades agrícolas e pecuárias. (CARVALHO; LEITE, 2004).

Segundo o Censo 2010, São Roque de Minas possui área de 2106,79 km², população de 6.686 habitantes densidade demográfica de 3,17 hab./km² e IDH de 0,672 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). No entanto, o município passou por um momento crítico em 1991, quando viu o fim da sua praça bancária após a liquidação da Minas Caixa pelo Banco Central. Logo, a população passou a se deslocar para os municípios vizinhos, principalmente Piumhi, a fim de realizar suas atividades bancárias, principalmente recebimento de pensões e aposentadorias, resultando em um desvio de recursos para esses municípios, uma vez que as instituições financeiras viabilizavam o acesso ao capital e ali mesmo os moradores de São Roque de Minas realizavam suas compras. Além disso, nesse momento, houve um movimento de emigração da população mais jovem para iniciar os estudos e a carreira profissional longe do município que parecia estar fadado ao fracasso. (CARVALHO; LEITE, 2004).

Nesse contexto, surgiu da iniciativa de um grupo de 22 produtores rurais a criação da Cooperativa de Crédito Sicoob SAROCREDI em 28 de outubro de 1991. A Cooperativa viabilizou o recebimento de aposentadorias e pensões no município, o que foi um ponto positivo para a economia local, iniciou projetos de fomento ao setor agrícola e pecuário a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico do município. Os resultados foram positivos e o município ampliou a produção de culturas como milho e café, além de incentivar, desde 2000, a qualificação do queijo minas artesanal da Serra da Canastra, um dos marcos da região. (CARVALHO; LEITE, 2004). Dessa forma, o problema de pesquisa é: a cooperativa de crédito foi importante para o desenvolvimento de São Roque de Minas?

Diante do desenvolvimento do município nos últimos anos, a hipótese é de que a cooperativa teve um papel importante para a atividade econômica da cidade, reduzindo a saída de renda para outros municípios e fomentando o desenvolvimento local. Serão feitas análises de indicadores do sistema financeiro, como ativo, passivo e carteira rural da cooperativa e de outras instituições financeiras, e de indicadores de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano, níveis de renda, níveis de emprego, demografia e outros.

Logo, este trabalho é de grande relevância, pois desenvolve um estudo de caso a fim de analisar a importância do fornecimento de crédito no município São Roque de Minas e os resultados poderão ser usados como base em outros estudos de caso em que o local em análise apresenta características semelhantes a São Roque de Minas. O objetivo geral é analisar a relação entre fornecimento de crédito e desenvolvimento regional para então verificar se a criação da Cooperativa de Crédito Saromcredi teve um papel importante no desenvolvimento recente do município São Roque de Minas.

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo discutimos a teoria pós keynesiana da moeda e a sua relação com o desenvolvimento regional. No segundo capítulo abordamos o surgimento das cooperativas de crédito no cenário mundial e no Brasil, evidenciando seu desenvolvimento e normatização ao longo dos anos e o surgimento da cooperativa de crédito Sicoob Sarcomcredi. Por fim, no terceiro capítulo fazemos uma análise de indicadores financeiros e de desenvolvimento dos municípios em que a cooperativa possui postos de atendimento com foco em São Roque de Minas, município que é objeto de estudo de caso deste trabalho.

CAPÍTULO 1. MOEDA E TERITÓRIO

1.1 Moeda: Breves abordagens

Dentro da discussão de economia regional e urbana têm abordagens que defendem que as variáveis financeiras são exógenas, dessa forma não são responsáveis pela diferenciação entre o nível de desenvolvimento das regiões e a determinação regional da renda. A maior parte dos modelos econométricos que tratam variáveis monetárias nacionais como exógenas levam ao resultado de que os fluxos monetários e as moedas são vistos como resultado da diferença entre regiões. Dessa forma, tais variáveis são consideradas determinadas e não determinantes das diferenças regionais. (BARRA, CROCCO, 2004).

A corrente *mainstream* enxerga a moeda apenas como um meio facilitador de trocas e ajustador do nível geral de preços, assim, para esta corrente de pensamento a renda real depende apenas de fatores reais. Por outro lado, para os neoclássicos poupança antecede investimento, assim o sistema bancário seria responsável apenas pela alocação de crédito nas diferentes regiões. Já para os novo-clássicos o sistema bancário é capaz de afetar as variáveis reais apenas quando existir falhas de mercado, sendo informação assimétrica e custos de transação as mais impactantes. Resumidamente, para as linhas de pensamento *mainstream*, neoclássicos e novo clássicos em um cenário em que não existam falhas de mercado, a única função dos bancos é de intermediador financeiro e o racionamento de crédito em regiões menos desenvolvidas é visto como resultado da presença dessas falhas de mercado. (CROCCO *et al*, 2011).

Diferente destas linhas de pensamento, este trabalho se baseia na teoria pós-keynesiana que destaca a importância das variáveis monetárias e financeiras para a economia regional, considerando a moeda endógena e não neutra. Para a teoria pós-keynesiana, a oferta de moeda acontece de forma endógena ingressando na economia através de crédito que, por sua vez, é ofertado pelo sistema bancário. Dessa forma, a moeda se torna uma parte não neutra e integral do sistema bancário. Portanto, a endogeneidade da moeda está relacionada com o desenvolvimento do sistema bancário e, conseqüentemente, com a atuação das autoridades monetárias. (QUAGLIO, 2014).

A moeda é objeto de acumulação de riqueza e constitui a origem desta. Adotando seu surgimento endógeno ao sistema financeiro, a análise da economia regional se volta para este sistema a fim de comprovar a importância do financiamento, dado que, ele é capaz de fomentar ou inibir a geração de riqueza. A fim de analisar a economia regional por um aspecto pós-keynesiano e voltado a evidenciar a importância do financiamento vamos detalhar mais o

funcionamento do sistema financeiro. Para Mollo (2004), é a partir do processo de *finance* que se entende melhor o pensamento dos pós-keynesianos. No processo de *finance* os bancos oferecem créditos rotativos suficientes para atender a demanda de financiamento e concretizar o investimento. Assim, as firmas se tornam mais líquidas, temporariamente, e os bancos menos líquidos. O estado de liquidez bancário volta ao nível anterior quando os empresários investidores efetivam os gastos na implementação de seus projetos e os produtores de bens de capital voltam os ativos líquidos para os bancos através de depósitos. Ao recuperar a liquidez, os bancos podem iniciar novamente suas operações de *finance*. Dessa forma, os bancos são fundamentais para a elevação dos níveis de atividade econômica.

Dado que a moeda é importante para o funcionamento da atividade econômica e os financiamentos, via crédito bancário, são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia monetária existe uma estreita relação entre desenvolvimento regional e sistema financeiro. Dessa forma, segundo Missio *et al.* (2010) a relação entre desenvolvimento regional e sistema financeiro é visualizada nas análises de Chick (1986), que tem como ideia central a poupança deixando de ser requisito para o investimento, devido a aceitação de certificados de depósito como moeda, à medida que o sistema bancário evolui. A esse respeito, Missio *et al.*, (2010), declara:

Mais especificamente, esta evolução é dividida em cinco estágios:

(i) Primeiro estágio: o sistema bancário atua apenas como um intermediário entre poupadores e investidores e os empréstimos são limitados pela poupança captada pelo sistema, atuando, assim, como um requisito para o investimento;

(ii) Segundo estágio: os certificados de depósito passam a ser aceitos como moeda, e não mais a poupança, mas as reservas passam a ser o requisito básico para o volume de empréstimos que o sistema bancário é capaz de fazer;

(iii) Terceiro e quarto estágios: caracterizam-se, respectivamente, pelo aparecimento de empréstimos interbancários e de uma autoridade monetária que assume a condição de prestador em última instância. Estes dois mecanismos adicionais possibilitam um volume ainda maior de empréstimos a partir de uma base limitada de depósitos; e,

(iv) Quinto estágio: a competição interbancária e a integração dos sistemas financeiros levam a um ambiente progressivamente especulativo e a margens de manobra reduzidas para as autoridades monetárias. (Missio *et al.*, 2010:14).

Para os pós-keynesianos, como já dito, a moeda é endógena e não neutra ao sistema econômico. Dada a discussão sobre endogeneidade da moeda, partiremos para a discussão sobre a não neutralidade. A fonte de não neutralidade da moeda, para os pós-keynesianos, está na possibilidade de inibir ou estimular o crescimento da renda e do emprego. Em momentos de incerteza, a decisão de investir diminui, pois a preferência pela liquidez da moeda cresce. Devido ao efeito multiplicador, o aumento da renda e do emprego fica ainda mais lento. Portanto, os bancos são fundamentais no sistema econômico, uma vez que, são fornecedores de recursos para aquisição de bens de capital que interferem diretamente no desenvolvimento

econômico. Sobre este ponto Rodriguez-Fuentes (1998, apud Cavalcante, Crocco, Júnior 2004) declara:

Para os pós-keynesianos a moeda é relacionada ao crédito e à demanda, e participa do sistema econômico por duas vias: através de uma mudança de portfólio, iniciada por autoridades monetárias através de operações fiscais e de mercado aberto e assim pode ser considerada como exogenamente controlada; e através de um processo de geração de renda, pois o processo produtivo leva tempo e necessita de investimento ex-ante para insumos antes da venda do produto final. O crédito então faz a ligação necessária para o gap financeiro produtivo. (CAVALCANTE, CROCCO, JUNIOR, 2004:10).

Para essa corrente de pensamento, o crédito é responsável por acelerar a produção, pois as alterações feitas na capacidade produtiva são irreversíveis, assim modifica permanentemente a estrutura econômica. Já a inflação para os pós-keynesianos, está relacionada ao aumento dos custos, ou seja, a inflação se dá pelo lado da oferta, enquanto para os ortodoxos o fenômeno está diretamente relacionado ao aumento da moeda que, conseqüentemente, aumenta o poder de compra, dessa forma, a inflação está diretamente ligada ao lado da demanda. Sendo assim, para os pós-keynesianos a contenção monetária, política de viés ortodoxo é eficaz para a retração da inflação, no entanto, devido a não neutralidade da moeda resulta em um aumento do número de desempregados. (MOLLO, 2004).

Como já destacado, a teoria pós-keynesiana se difere das demais correntes como os novo-keynesianos e os neoclássicos. De acordo com Mollo (2004), a maior distinção entre essas linhas de pensamento está no fato dos pós-keynesianos abordarem o lado da oferta e o lado da demanda de crédito. Para eles, a oferta de moeda é endógena ao sistema econômico, insere no sistema econômico por meio da oferta de crédito que é induzida pela demanda, logo o crédito determina o investimento. Além disso, consideram a moeda não neutra o que significa que as mudanças na capacidade produtiva e na produção ao longo do tempo resultantes da decisão de investir, alteram de forma permanente a capacidade produtiva no longo prazo.

A visão novo-keynesiana parte da premissa que existem informações completas, em contrapartida os pós-keynesianos não adotam essa convenção. Logo, a avaliação de risco para os pós-keynesianos é baseada no histórico de relacionamento com os bancos ou devido a uma situação pessimista generalizada na economia. Portanto, diferentemente dos novo-keynesianos, os pós-keynesianos afirmam que o sistema bancário racionará crédito quando uma demanda não é “merecedora” daquele crédito devido o histórico de relacionamento e quando o banco aumenta sua preferência pela liquidez devido a uma percepção de aumento do risco quando a economia vai mal. (MOLLO,2004).

O espaço geográfico pode ser dividido em duas grandes regiões, o centro e a periferia. Sendo o centro uma região com

mercados e sistema financeiro bem desenvolvidos e a periferia sendo o oposto, com mercados escassos e sistema financeiro simples. (CAVALCANTE; CROCCO; JAYME JUNIOR, 2004). Essas diferenciações levam a realidades financeiras muito distantes entre centro e periferia, enquanto no centro a liquidez dos ativos é maior que na periferia e, da mesma forma, o multiplicador bancário tende a ser maior no centro.

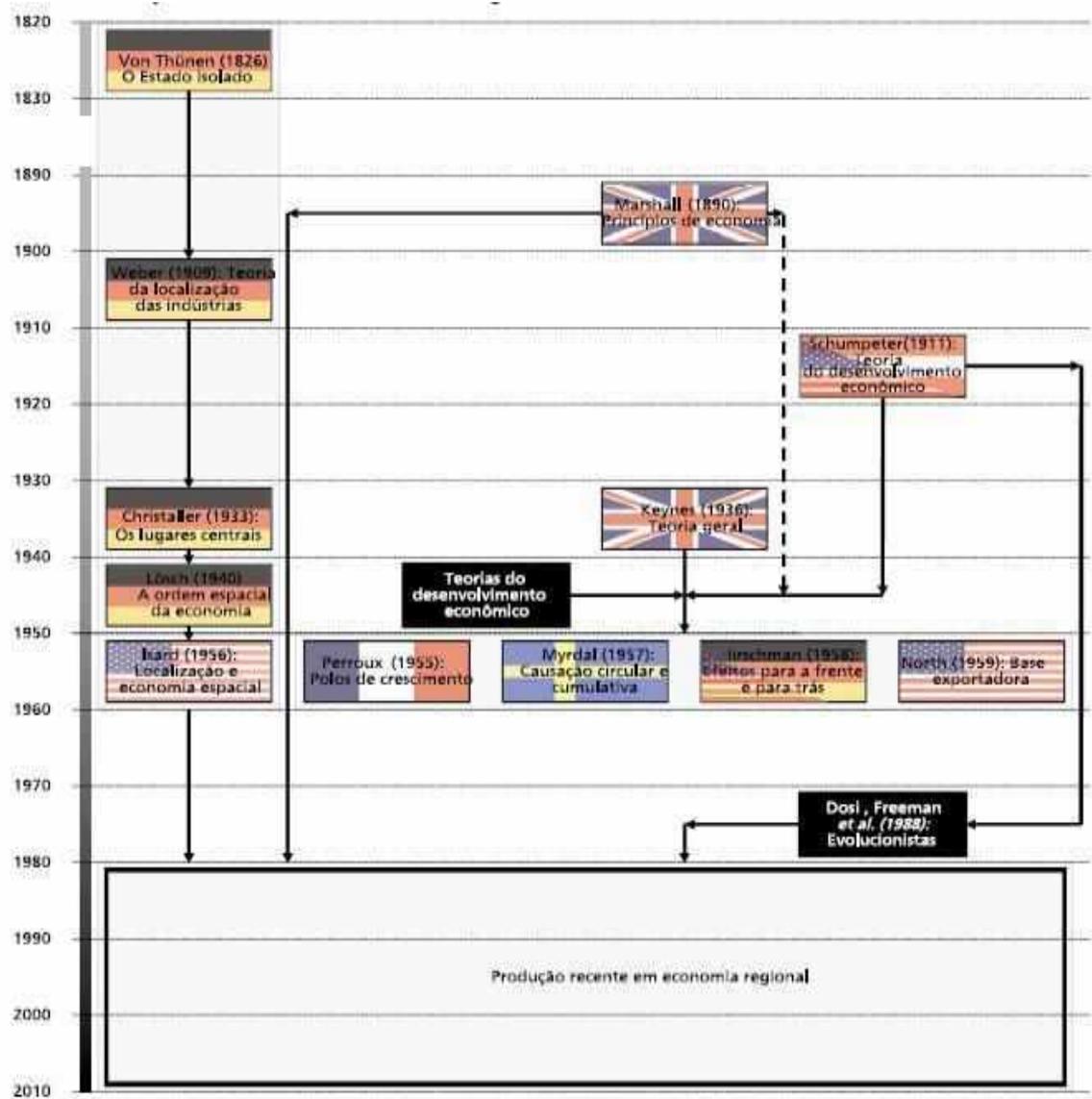
Sendo assim, os bancos são agentes ativos que impõe o uso de capital para a aquisição de bens de capital que estimulam o desenvolvimento da economia do centro. O racionamento de crédito bancário regional pode ser explicado por alterações na preferência pela liquidez, ou seja, quando aumenta a incerteza, aumenta a preferência pela liquidez e reduz a demanda por crédito. Este movimento pode ser justificado pela menor disposição dos agentes em se endividar. Por outro lado, a oferta também cai, pois os emprestadores intimidados pelo aumento dos riscos dos empréstimos e com a lucratividade, optam por manter seus ativos mais líquidos. Em caso de bancos em estágios mais desenvolvidos, estes são capazes de ampliar a base de depósitos e ofertar crédito para região, uma vez que são capazes de recriar moeda. (CAVALCANTE; CROCCO; JAYME JUNIOR, 2004). No próximo tópico discutimos teorias da economia regional com a teoria pós-keynesiana da moeda como plano de fundo.

1.2 Moeda e desenvolvimento regional

No pensamento econômico regional existem várias visões que buscam entender os fenômenos econômicos no espaço geográfico. Os principais autores iniciaram suas produções ao longo dos séculos XIX e XX discutindo a relação entre espaço e desenvolvimento econômico. Segundo Monasterio; Cavalcante (2011), pode-se destacar dois grupos de teorias na economia regional, as teorias clássicas de localização que consistem em um conjunto de trabalhos que partem das ideias de Von Thunen (1826) e Israd (1956) e as teorias de desenvolvimento focadas em algum tipo de mecanismo dinâmico resultante de externalidades, sendo uma contraposição às teorias clássicas da localização que desprezam esses efeitos ao priorizar o ponto de vista de localização das firmas. A Figura 1 ilustra esses dois grandes grupos

- das teorias clássicas de localização e das teorias de desenvolvimento, dispostas de acordo com o ano de desenvolvimento da teoria.

Figura 1: Principais Teorias em Economia Regional



Fonte: Monasterio e Cavalcante, 2011:46.

Fazem parte das teorias clássicas da localização aqueles autores que investigam o conceito de localização através da perspectiva das firmas, portanto levam em consideração os custos de transporte e não consideram as externalidades. Estes autores também atribuem que as estruturas de mercado são pulverizadas o que leva a uma fragilidade dessas teorias frente ao *trade-off* entre ganhos de escala e custos de transporte. Veremos as principais contribuições desses autores e em seguida as teorias de desenvolvimento regional ligadas a algum fator dinâmico. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Von Thünen (1783-1859) desenvolveu na obra “O Estado Isolado” um modelo com a mesma linha de raciocínio da teoria da renda da terra de David Ricardo, porém para Thünen o ponto central da fertilidade é a distância em relação ao centro. Considerando a existência de um produto agrícola homogêneo e o preço na cidade é dado, produtores localizados mais próximos

das cidades possuem vantagens locacionais e, conseqüentemente, lucros extraordinários.

Sobre este modelo, Monasterio, Cavalcante (2011), declara:

Os principais pressupostos de seu modelo são: os agentes são tomadores de preço, isto é, ninguém tem poder de monopólio; livre-entrada nas atividades agrícolas, o que resulta na inexistência de lucros extraordinários; a produção é feita com retornos constantes de escala e coeficientes fixos de produção; o terreno é homogêneo; e os preços de cada produto são dados na cidade (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011:49).

Outro nome importante das teorias clássicas da localização é Alfred Weber. Em 1900 Weber publicou o livro intitulado como *Über den Standort der Industrien* e traduzido para o inglês como *Theory of the Location of Industries*. Considerado uma das primeiras teorias gerais da localização, nela Weber afirma que a decisão de localização das atividades industriais está estritamente relacionada com o custo de transporte, o custo de mão de obra e um “fator local” que é resultante de forças de aglomeração e desaglomeração. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Walter Christaller é outro nome importante relacionado as teorias clássicas da localização. Em 1933 em sua obra *Die zentralen Orte in Süddeutschland* que pode ser traduzido como *Os lugares centrais no sul da Alemanha*, Walter Christaller (1933 – 1969) chegou à teoria dos lugares centrais. Segundo sua teoria, há uma relação de dependência entre os custos de transporte, a elasticidade-preço dos produtos e o tamanho das áreas de mercado. Sendo assim, há uma relação inversamente proporcional do tamanho dos mercados, os custos de transporte e a elasticidade-preço dos produtos, portanto quanto mais amplas as áreas de mercado mais baixos são os custos de transporte e a elasticidade-preço. Além disso, Christaller faz suposições sobre os bens e serviços em questão, como ofertantes de bens inferiores se localizam mais próximos de seus mercados, pois são bens comprados com maior frequência, as áreas de mercado desses bens e serviços são menores. Por outro lado, bens superiores serão demandados com menor frequência e terão áreas de mercado mais amplas. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Também contribuindo para as teorias clássicas da localização, o economista alemão Auguste Lösch (1906 – 1945) publicou em 1940 *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft* traduzido para a língua inglesa como *The economics of location*. Neste trabalho, Lösch desenvolve um modelo que presume a existência de um monopolista que atua em um mercado com consumidores bem distribuídos pelo espaço e um produto que possui certa elasticidade-preço. Já em 1956 o norte-americano Walter Isard (1912 – 2000) publicou a obra *Location and Space Economy*. Isard propôs uma linha de pensamento intitulada como *Regional Science* ao perceber a necessidade de inserir novas formas de análise. Uma vez constituída, vários autores

passam a buscar evidências que a confrontem e propõem novos fatores determinantes da localização que se adequem mais à realidade. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

A partir de 1950, foram elaboradas as teorias de desenvolvimento regional voltadas para algum fator dinâmico resultante de externalidades ligadas a aglomerados industriais. A partir dessa década o conceito de aglomerado passou a ser empregado nas discussões e interpretações sobre movimento e desenvolvimento regional, ganhando importância nas discussões de “polos de crescimento” de Perroux (1955), na “causação circular e cumulativa” de Myrdal (1957), nos “efeitos para trás e para frente” de Hirschman (1958) e na “base exportadora” de North (1959). Logo, essas teorias passam a confrontar as teorias clássicas da localização que abordavam as decisões locais do ponto de vista da firma. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

François Perroux (1903 – 1987) analisou as relações entre indústrias motrizes, aquelas que têm a capacidade de aumentar suas vendas, e conseqüentemente, necessita aumentar a compra de bens e serviços de outras. Essas outras indústrias são as chamadas indústrias movidas, pois têm as vendas aumentadas em função das indústrias motrizes. Dado isso, Perroux discute que o crescimento não se dá de forma homogênea, porém se destaca em polos de crescimento que se expande por vários canais e gera efeitos sobre toda a economia. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Por outro lado, Gunnar Myrdal (1889 – 1987) se baseou na ideia de causação circular e acumulativa. Sendo assim, segundo Myrdal existiria ciclos que quando iniciados seriam intensificados pelas forças de mercado e, dessa forma, diversificando os caminhos que seriam tomados por cada região. Ou seja, supondo um forte crescimento em determinada região, com a ocorrência desse evento ela passa a atrair recursos como trabalho e capital de outras regiões e alavanca os recursos produtivos locais. Estes novos negócios implantados na região são capazes de ampliar o mercado para novos empreendimentos que resultariam em mais poupança, mais lucro e logo, em mais uma rodada de investimentos. Estes ciclos reforçam a desigualdade regional. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Além disso, segundo Monasterio; Cavalcante (2011), há outros mecanismos que reforçam essa desigualdade como os serviços públicos de educação e saúde que tendem a ser de melhor qualidade nas regiões desenvolvidas e assim, há a ampliação dos estoques de capital humano, e os valores culturais que tendem a se manterem estagnados nas regiões pobres enquanto há modernização cultural nas regiões desenvolvidas e se torna mais um atrativo para novos investimentos. Myrdal também introduz os conceitos de “efeitos de retroação” e “efeitos difusão”. Sendo os efeitos de retroação relacionados aos resultados negativos que o desenvolvimento de uma região gera sobre as outras e os efeitos difusão são aqueles que

transbordam para as demais regiões e, de certa, forma, reduz os impactos dos efeitos de retroação, porém não são capazes de equilibrar o desenvolvimento regional.

Hirschman (1958) introduziu os conceitos de efeitos para frente e para trás para discutir a questão regional e defende uma posição intervencionista em regiões retardatárias ao analisar que nessas regiões os processos tendem a ser inspirados nas outras regiões que estão à frente, e assim, se torna um processo menos espontâneo. A esse respeito, Monasterio; Cavalcante (2011) declara:

Dessa forma, os efeitos para trás são a forma encontrada por Hirschman (1958) para expressar as externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante, viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região determinada. Os efeitos para frente, por sua vez, resultariam da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante. (Monasterio; Cavalcante, 2011:71).

Douglas North (1955) explicou o desenvolvimento regional partindo da ideia de surgimento de uma atividade de exportação com base em fatores específicos daquele lugar, que resulta em uma base exportadora com efeitos diretos e indiretos sobre a economia local. Dessa forma, a atividade de exportação leva ao surgimento de polos de distribuição e cidades. Logo, para North, a diversificação setorial é resultante do êxito das atividades de base, ou seja, não é a industrialização que mantém o processo de desenvolvimento regional, pois ela é resultante do bom desempenho da base exportadora.

Ainda sobre as colaborações de North para o pensamento econômico regional, Monasterio, Cavalcante (2011) declara:

O autor contesta a visão de que o desenvolvimento regional teria ocorrido em etapas sucessivas que se iniciariam em um mundo formado por regiões agrícolas autossuficientes e marcado por altíssimos custos de transporte, passariam por um momento caracterizado pela especialização o comércio entre as regiões em decorrência da redução dos custos de transporte, e alcançariam, com os retornos decrescentes no setor primário e o aumento da população, a industrialização e a especialização dessas atividades secundárias. North argumenta que essa sequência de desenvolvimento regional talvez se aplique ao caso da Europa, mas não se aplicaria a outras experiências, como a das Américas. (Monasterio; Cavalcante, 2011:71).

O pensamento econômico regional é uma vertente recente e muito diversificada, contando com diversos estudiosos e suas particularidades em cada teoria. Em relação à moeda, enfatizamos a visão pós-keynesiana que assume que a moeda é endógena e não neutra.

Como já discutido, as teorias clássicas da economia regional e urbana podem ser classificadas em dois grandes grupos, sendo um dos grupos formados por autores clássicos que explicam o desenvolvimento das regiões a partir de fatores microeconômicos, essencialmente,

os custos de transporte, e um segundo grupo que é formado por autores mais contemporâneos que explicam o desenvolvimento regional a partir de fatores de aglomeração. Logo, é possível cruzar as teorias pós-keynesiana da moeda e do desenvolvimento regional relacionado com fatores de aglomeração.

Nessa vertente da economia regional e urbana, destacam-se autores como Perroux, Hirschman, North e Myrdal. Cada autor desenvolveu uma teoria a partir de fatores de aglomeração e com determinadas especificidades, como já foi discutido anteriormente. No entanto, podemos relacionar ambas com o sistema financeiro e a necessidade de crédito, portanto é neste momento que podemos fazer um paralelo entre a teoria pós-keynesiana da moeda e o desenvolvimento regional.

Perroux ao introduzir o conceito de polo de crescimento explora as relações entre indústrias motrizes e indústrias movidas, logo para o desenvolvimento e manutenção das indústrias motrizes são necessários vultuosos investimentos que podem ser disponibilizados pelo sistema financeiro através de empréstimos e, para além, a moeda assume sua não neutralidade modificando a estrutura industrial no longo prazo

Hirschman além de introduzir os conceitos de efeitos para frente e para trás para discutir a questão regional defende uma posição intervencionista em regiões retardatárias. Essa posição intervencionista levaria ao desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas que tendem a espelhar seu processo em outras regiões que estão a sua frente e se torna um processo menos espontâneo. Em São Roque de Minas ao ter o fim de sua praça bancária e a ausência de políticas levou ao surgimento da cooperativa a partir da iniciativa de empresários do município. Por outro lado, partindo da teoria de base exportadora de North percebe-se uma estreita relação com o desenvolvimento do município após a instalação da cooperativa.

Myrdal, como já discutido, foi o estudioso que introduziu o conceito de causação circular e cumulativa, ou seja, quando o município perde sua praça bancária seria o início do fracasso local. Nesse contexto, pode-se analisar a relevância das políticas regionais para o desenvolvimento local e redução das diferenças regionais.

Portanto, mesmo sem usar a moeda como base para o desenvolvimento de suas teorias, podemos associar as teorias de Perroux, Hirschman, North e Myrdal com a teoria pós-keynesiana da moeda. Os polos de crescimento, os efeitos para frente e para trás, a base exportadora e as causações circular e cumulativa dependem de capital para serem efetivas e levarem ao desenvolvimento de uma região. Dessa forma, a oferta endógena de moeda que acontece devido ao investimento tem um impacto direto sobre economias locais, nesse caso em específico, na economia de pequenos municípios. Assim, passamos para o entendimento do surgimento do sistema cooperativo no cenário mundial, no Brasil e como se deu a criação da cooperativa de crédito Sicoob Saromcredi em São Roque de Minas e suas ações no município.

CAPÍTULO 2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

2.1 O surgimento das cooperativas de crédito

Segundo Jacques, Gonçalves (2016), as comprovações empíricas demonstram a relação entre crescimento e desenvolvimento financeiro. Desde Schumpeter que investigou, a nível nacional, a relação entre crédito (finanças) e desenvolvimento econômico, até Keynes que analisa a importância do crédito e da moeda (setor financeiro) para assegurar uma demanda efetiva compatível com a utilização plena da força de trabalho. Portanto, o crédito bancário pode ser considerado uma das variáveis mais relevantes para o desenvolvimento.

Em um país continental como o Brasil há municípios que não contam com agências bancárias, logo não tem acesso ao crédito fornecido pelas instituições o que impacta diretamente o desenvolvimento desses municípios e de regiões. Como uma alternativa para o fornecimento de crédito surgiram as cooperativas de crédito. De modo geral, os bancos cooperativos são integrados às pequenas comunidades, dessa forma, fornecem soluções variadas para a melhoria do padrão de vida local, fornecendo empréstimos ao levar em conta o meio e a finalidade, podendo ser social ou educacional. (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Em economias desenvolvidas como a Europeia, na Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal, as cooperativas são utilizadas há muito tempo como ferramenta estimuladora de setores estratégicos. Sobre o sistema cooperativo no Brasil, Chaves (2011 apud JACQUES; GONÇALVES, 2016), declara:

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, constata-se um movimento expansionista do cooperativismo de crédito a partir da década de 1990. Esse segmento vem se constituindo importante elemento no incremento econômico de regiões estagnadas, proporcionando inclusão financeira para parcela da população de menor poder aquisitivo, gerando emprego e renda, auxiliando na redução da pobreza e contribuindo para o aumento da eficiência do Sistema Financeiro Nacional. (Chaves (2011 apud JACQUES; GONÇALVES, 2016:493).

Utilizando como base o texto de Souza (1992), vamos entender o surgimento das cooperativas de crédito no cenário mundial. Os primeiros registros de cooperativas são do século XIX na Alemanha, onde nomes como Herman Schulze e Friedrich Wilhelm Raiffeisen tinham visões parecidas sobre a questão do fornecimento de crédito para lavradores e

trabalhadores. Herman Schulze (1808-1883) ao perceber a exploração sofrida em sua cidade natal – Delitzsh - por industriais, comerciantes e trabalhadores, decidiu organizar sociedades de crédito que atendessem as demandas dessa fatia da população, as Cooperativas de Crédito Urbanas também chamadas de Bancos Populares, neste momento caracterizadas pela ausência de limites geográficos de atuação e ausência de auxílio do Estado. No entanto, Schulze recebeu muitas críticas pois no período predominava a ideia de que o salário existia apenas para cobrir a manutenção dos operários, ficando a cargo do Estado toda e qualquer emergência. Logo, surge o questionamento de como operários conseguiriam capitalizar em uma cooperativa se não possuíam economias. Porém, contradizendo todas as críticas e questionamentos, as cooperativas expandiram e em 10 anos passaram a somar 111 e apresentando bons resultados.

Por outro lado, Raiffeisen era órfão de agricultores e trabalhou no campo durante sua juventude, período em que vivenciou as dificuldades de lavradores adquirirem crédito e a constante exploração por negociantes, questões que resultavam no entrave de obtenção de receita suficiente para as despesas anuais da agricultura. Nesse contexto, Raiffeisen pensava uma forma de reverter esses entraves e amenizar o sofrimento da classe de agricultores. Os anos iniciais do século XIX foram marcados por miséria nas cidades e nos campos alemães, que foi agravada por dois invernos severos que atingiram a região nos anos 1847 e 1848. Diante da eminente miséria e fome, Raiffeisen que havia assumido prefeituras de diversas cidades da província da Renânia organizou entidades beneficentes para auxiliar agricultores.

Em 1849 uma delas viabilizou o acesso de agricultores ao crédito para atender necessidades básicas e ficou conhecida como caixa de socorros que fornecia crédito para atender as necessidades básicas dos agricultores. Já em 1862 com a aprovação de estatutos e adaptações, se tornou a primeira cooperativa de crédito rural que se espalharia rapidamente por toda a Alemanha e ficando conhecidas como Caixas Rurais Raiffeisen que tinham como objetivo diminuir o desemprego, emprestar dinheiro e cuidar da educação das famílias. A esse respeito, Souza (1992) declara:

Resumidamente, suas normas e características principais eram as seguintes:

- Responsabilidade solidária de todos os associados;
- Não obrigatoriedade de subscrição e integralização de capital, permitindo o ingresso de todos na sociedade, desde que fossem pessoas idôneas;
- Destinação integral das sobras para formação de um fundo de reserva para a cooperativa;
- Gestão democrática, permitindo que cada participante tivesse direito a voto nas deliberações sociais;
- Área de ação reduzida, com o objetivo de resguardar a solidariedade financeira assumida, permitindo o interesse pelos problemas comuns. (SOUZA, 1992:16).

Os Bancos Populares atuavam, majoritariamente, na área urbana, mas com o passar dos anos ampliaram suas atividades para determinadas áreas rurais, se tornaram conhecidas como Schulze-Delitzsch e, assim, passaram a competir com as Caixas Raiffeisen. Após algum tempo de atuação o modelo Schulze-Delitzsch se fundiu ao modelo Raiffeisen estendendo a atuação nas áreas urbana e rural, dessa forma as caixas rurais Raiffeisen se tornaram referência e espalharam por todo o mundo.

O sistema holandês de cooperativas surgiu de forma semelhante ao sistema alemão, sem mediação do governo, mas com forte influência de vertentes religiosas. As cooperativas de crédito holandesas eram interligadas às centrais bancárias Banco de Utecht e Banco de Eidhoven de influências católica e protestante, respectivamente. No início dos anos 90 ambas instituições passaram a atuar apenas através do Rabobank Nederland, instituição com mais de 90 anos, responsável por um quarto do total de empréstimos hipotecários residenciais da Holanda, além de possuir em torno de 40% dos depósitos de poupança do país.

Nas Américas, especificamente no Canadá, a primeira cooperativa recebeu influências dos modelos iniciais de Raiffeisen e Schulze e se ampliou a partir de 1906 através da Lei dos Sindicatos Cooperativos. Com algumas características próprias como o fato de iniciar suas operações com apenas 26 dólares, o principal objetivo de Desjardins ao fundar a cooperativa era atender as necessidades de canadenses de origem francesa, fração da população que sofria com um sistema financeiro que não atendia as demandas para a produção essencialmente rural de Québec. Desjardins era católico praticamente, dessa forma, recebeu auxílio do clero e das elites nacionalistas para enfrentar obstáculos iniciais para o funcionamento do novo sistema de crédito. E em 1917, desenvolveu um sistema federado para as 140 cooperativas já existentes com o objetivo de padronizar os serviços prestados e fornecer assistência técnica. Com o apoio crucial da Igreja que através de paróquias impunha a criação de contas nas cooperativas, o movimento Desjardins continuou crescendo e se modernizando principalmente, a partir de 1985, viabilizado pela regulamentação do sistema financeiro que levou a um mercado mais competitivo e assim, há uma rápida ascensão de serviços bancários eletrônicos e da criação de conglomerados financeiros fornecedores de uma diversidade de serviços.

Nos Estados Unidos a criação de um sistema cooperativo foi idealizado e desenvolvido por Edward A. Filene, um comerciante residente de Boston e que se interessava por questões sociais. Com o auxílio de Desjardins para a elaboração do programa inicial que daria origem, a cooperativa de economia e crédito organizada por ele denominada Caixa Popular de Santa Maria no Estado de New Hampshire. Com uma visão humanista, o comerciante propunha um sistema cooperativo eficiente além de contar com o advogado Roy Bergengren que organizou

uma legislação favorável e que englobava todo o país. O sistema cooperativo de economia e crédito dos Estados Unidos teve um desenvolvimento significativo ao longo dos anos 80, alcançando em 1989 um fluxo maior que US\$ 60 milhões, o que representou um aumento de 45% comparando com 1979. No entanto, no início dos anos 90 os bancos iniciaram campanhas contra o sistema cooperativo e levaram à tona questões sobre a estabilidade das instituições financeiras. Mesmo enfrentando problemas de cunho político no início da década 1990, o cooperativismo estadunidense se manteve forte. Sobre esse ponto, Souza (1992) afirma:

Situado entre os mais importantes do mundo, o cooperativismo de crédito norte-americano possui cerca de 40 bancos e milhares de associações cooperativas. Mesmo durante as crises da agricultura este sistema mantém sua estrutura, colhendo ainda frutos positivos. (SOUZA, 1992:34).

Já o crédito agrícola se desenvolveu no país a partir da década de 30 com o objetivo de assegurar plantações em períodos de chuvas, contava com grandes incentivos governamentais. Na década de 60 registrou uma movimentação, em torno, de US\$ 7 bilhões, permitiu desenvolvimento e segurança na área rural do país. Esse sistema evoluiu com o passar dos anos e subdividiu em três tipos diferentes de cooperativas que Souza (1992) descreve como:

O primeiro tem a finalidade de financiar atividades agropecuárias dos associados e tem como base as associações de crédito da produção. Em cada distrito, estas associações estão vinculadas a 12 bancos federais intermediário de crédito. O segundo tipo objetiva o financiamento das cooperativas de produtores e sua base é semelhante a do primeiro. Já o terceiro tipo de cooperativa financia aquisição de terras, com a estrutura composta de cooperativas de crédito fundiário, Banco Central das Cooperativas e 12 bancos federais fundiários. (SOUZA, 1992:34).

2.2 Cooperativas de crédito no Brasil

Segundo Pinheiro (2008), a primeira referência ao sistema cooperativo no Brasil é de uma sociedade fundada em 15 de março de 1885 em Juiz de Fora, a Sociedade Beneficente de Juiz de Fora que contava com mais de mil sócios e cuidava da educação, saúde e seguridade dos mesmos. Ainda há registros de 27 de outubro de 1889 de uma sociedade em Ouro Preto com o termo “Cooperativa” em sua nomeação, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Tal sociedade foi criada como uma cooperativa de consumo e contava com uma caixa de auxílios e socorros voltada, essencialmente, para viúvas pobres de associados e a sócios que devido à falta de emprego entrasse em situação de indigência.

Apesar de evidências da existência de uma sociedade de trabalhadores públicos da cidade mineira, o registro da primeira cooperativa de crédito no Brasil é datado em 28 de dezembro de 1902, em Nova Petrópolis, município do Rio Grande do Sul Inicialmente recebeu o nome de Caixa de Economia e Empréstimos Amstad e anos depois se tornou a Caixa Rural

de Nova Petrópolis. Anos depois, em 1906, em Lajeado (RS) foi criada a primeira cooperativa do tipo Luzzatti no país, que continua em atividade com o nome de Cooperativa de Crédito de Lajeado. Nos anos 90 era denominada como Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado. As cooperativas do tipo Luzzatti foram idealizadas pelo italiano Luigi Luzzatti em 1865 na cidade de Milão e se tornaram populares no Brasil no período de 1940 a 1960. Sobre essas cooperativas, Pinheiro (2008), declara:

Tinham como principais características a não-exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município etc.), quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito. (PINHEIRO, 2008:23).

A história das cooperativas de economia e crédito brasileiras são marcadas por Decretos do Poder Legislativo, aqui descreveremos os que consideramos que mais impactaram o funcionamento das cooperativas de crédito do país e no anexo Normatização do cooperativismo de crédito no Brasil no período 1907 a 2008 estão tabelados todos os Decretos, Circulares e Leis aprovadas em relação ao cooperativismo desde 1907 até 2008. Segundo Pinheiro (2008), em 5 de janeiro de 1907 foi criada a primeira norma para regular as cooperativas através do Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, segundo este Decreto, as cooperativas poderiam se organizar como sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou comandita¹ e permitia as cooperativas receberem dinheiro a juros de não sócios. A respeito desse Decreto, Pinheiro (2008) escreve:

Como comando específico para cooperativas de crédito, dispunha o artigo 23: As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo para as operações e transações de valor não excedente a 1:000\$ (um conto de réis) e para os seus depósitos. (PINHEIRO, 2008:28).

Segundo o Decreto nº 22.239 institucionalizado em 19 de dezembro de 1932, as cooperativas que efetuassem operações de crédito real, operações de crédito mercantil e seguros de vida dependiam da autorização do governo para se constituírem. Através deste decreto também surgiram outros tipos de cooperativas de crédito como as cooperativas de crédito profissional, de classe ou de empresas, cooperativas de crédito mútuo, cooperativas populares de crédito urbano e cooperativas de crédito agrícola. Além da definição das características de cada tipo de sistema cooperativo e os objetivos das cooperativas. Sobre este ponto, Pinheiro (2008), expõe:

¹ Sociedade comercial em que parte dos sócios entra com o capital sem participar da administração.

Têm por objetivo principal proporcionar a seus associados crédito e moeda, por meio da mutualidade e da economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial, ou comercial ou profissional, e, acessoriamente, podendo fazer, com pessoas estranhas à sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares do crédito. (PINHEIRO, 2008:31).

Na década seguinte, em 13 de agosto de 1951, pela Lei nº 1.412, com o intuito de promoção da assistência às cooperativas alterou a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), instituição controlada pela União. Em 1995, o Banco Central aprovou a extinção da sociedade. Nos anos 1957 e 1958 através dos Decretos nº 41.872 e 43.552 respectivamente, deixou no âmbito da SUMOC a fiscalização das cooperativas de crédito inclusive as cooperativas mistas com seção de crédito e reafirmou a participação do Serviço de Economia Rural (SER) órgão do Ministério da Agricultura na fiscalização das cooperativas. (PINHEIRO, 2008).

Em 1988, ano da elaboração da Constituição Federal, o artigo 5º da mesma revogou a Lei nº 5.764 no que tange à submissão do funcionamento das atividades das cooperativas ao Governo, no entanto, continuou sendo necessária a aprovação prévia do Governo para entrar em funcionamento devido ao que está disposto no artigo 192 da Carta Magna. Já em 1992, a Resolução nº 1.914 proibiu a criação de cooperativas do tipo Luzzatti. Em 1999 a Resolução nº 2.608 revogou tal Resolução e ajustou os limites mínimos de patrimônio líquido das cooperativas.

Nos anos 2000, a Resolução nº 2.771 revogou a Resolução nº 2.608, assim os limites de patrimônio líquido passaram a ser ponderado pelo grau de risco do ativo, passivo e contas de compensação. No mesmo ano a Resolução nº 2.788 autorizou a criação de bancos múltiplos cooperativos. Sobre o ano 2002, Pinheiro (2008), afirma:

A Resolução nº 3.058 permite a constituição de cooperativas de crédito mútuo formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural, cuja receita bruta anual, por ocasião da associação, seja igual ou inferior ao limite estabelecido pela legislação em vigor para as pequenas empresas. (PINHEIRO, 2008:57).

Em 25 de junho de 2003 a Resolução nº 3.106 revogou as Resoluções anteriores, nº 2.771 e nº 3.058, assim autorizou a criação de cooperativas de livre admissão de associados contanto que houvesse menos de cem mil habitantes na localidade e a alteração de cooperativas para cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de setecentos e cinquenta mil habitantes.

Para complementar este tópico sobre o surgimento e a evolução das cooperativas de crédito no Brasil é importante entendermos um pouco sobre os sistemas cooperativos e confederações. Como já exposto neste capítulo há diversos tipos de cooperativas e através do Decreto nº 22.239 ficou definido as características a serem observadas em cada cooperativa. Apesar de abranger todos os tipos de cooperativas, há um maior enfoque sobre as Caixas Rurais Raiffeisen e Bancos Populares Luzzatti por serem as mais difundidas no país. Sobre estas cooperativas, Pinheiro (2008), declara:

Originadas do sistema Desjardins as cooperativas de crédito mútuo têm como principal característica o vínculo entre os associados. Por outro lado, as cooperativas populares de crédito urbano são de livre admissão de associados e essencialmente urbanas. (PINHEIRO, 2008:24).

Segundo Pinheiro (2008), outro tipo de cooperativa são as cooperativas de crédito profissionais, de classe ou de empresas caracterizadas pela necessidade de afinidade entre associados, por exemplo, exercer a mesma profissão, e pela realização de operações passivas com não-associados. No mais, o Decreto nº 22.239 ainda autorizou a existência de seções de crédito nas cooperativas, que receberam a denominação de cooperativas mistas, podendo ser de várias formas como cooperativas mistas de habitação, cooperativas mistas de crédito agrícola e cooperativas mistas de seguros.

Com diversos tipos e presentes no mundo todo, surge a necessidade de entidades que representem os interesses do sistema cooperativo. a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) fundada em Londres em 1985, mas com sede em Genebra, é uma organização não-governamental que representa e oferece assistência às organizações cooperativas ao redor do mundo, dessa forma, é composta por cooperativas de todos os setores de atividades. Além de contar com uma organização especializada, a Associação Internacional dos Bancos Cooperativos (ICBA), fundada em 1922 atua na promoção da cooperação entre os bancos cooperativos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Há também o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (WOCCU), fundado em 1971 e com sede em Madison (EUA) representa as cooperativas de crédito no âmbito mundial e conta com membros e filiados em 84 países, dentre eles estão entidades de representação de cooperativas de crédito de âmbito nacional e internacional e outras organizações de prestação de serviços.

Os Bancos Cooperativos são controlados pelas cooperativas que detêm, ao menos, 51% das ações com direito a voto. Exemplos de bancos cooperativos são Bansicredi, um banco múltiplo com carteiras comercial e de investimento e permissão para operar em câmbio e o Bancoob que é um banco comercial, ou seja, os bancos cooperativos são bancos múltiplos ou bancos comerciais. Outra entidade é a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da

Economia Familiar e Solidária (Ancosol), criada em 2004 é apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e reúne cooperativas centrais de crédito voltadas para a economia familiar e solidária.

A Confederação Latino-Americana de Cooperativas de Economia e Crédito (COLAC) sediada na cidade do Panamá, é uma organização não governamental fundada em 1970 com o objetivo de consolidar redes de cooperativas eficientes através da prestação de serviços especializados, apoio político e transferência de tecnologia aos membros da América Latina. O Brasil é representado na COLAC pela Confebras – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito, uma instituição não-financeira que representa os seus filiados. (PINHEIRO, 2008). Outras entidades brasileiras são:

- a) Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) é uma organização privada que representa o sistema nacional, logo, fixa diretrizes políticas do Sistema Cooperativo, classifica as cooperativas por ramo de atividade, mantém cadastro das sociedades cooperativas, acompanha a autogestão das entidades e exerce representação sindical;
- b) Confederação Sicredi (Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi), uma instituição não-financeira, órgão da cúpula do sistema Sicredi;
- c) Fundação Sicredi (Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo) seu objetivo é a estruturação e desenvolvimento de projetos voltados para a educação que incentivem o cooperativismo de crédito;
- d) Unicred Brasil (Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds) funciona como instituição financeira e é órgão da cúpula do sistema Unicred;
- e) Sicoob Brasil (Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob), órgão da cúpula do sistema Sicoob e uma instituição não-financeira;
- f) Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC) uma instituição não-financeira de auditoria cooperativa.

2.3 Cooperativa de Crédito de São Roque de Minas: Sicoob Saromcredi

São Roque de Minas é um município mineiro localizado na microrregião de Piumhi e o no Oeste do estado, é porta de entrada da Serra da Canastra onde nasce o Rio São Francisco.

Seus municípios vizinhos são: Bambuí, Piumhi, Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Delfinópolis, Sacramento, Tapiraí e Medeiros. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Segundo, Carvalho; Leite (2004), os moradores de São Roque de Minas buscaram levar outra instituição financeira para o município após a liquidação do Minas Caixa, porém a devolutiva era sempre negativa com a justificativa de que não havia movimentação financeira. Assim, João Carlos Leite em parceria com outras 21 pessoas tomou a iniciativa de criar uma cooperativa de crédito. Após visitas em cooperativas de municípios de vizinhos e a ajuda de pessoas que já trabalhavam com o cooperativismo, em 28 de outubro de 1991 o Sicoob-Saromcredi iniciou suas atividades. Uma iniciativa importante neste período foi a parceria firmada com a agência do Banco do Brasil de Piumhi, que possibilitou o pagamento de aposentados e pensionistas do INSS no município dessa forma, evitava o deslocamento até Piumhi e fomentava a circulação financeira em São Roque de Minas. Porém, antes de abrir as portas a cooperativa iniciou um movimento de incentivo a abertura de contas e contou com o apoio do prefeito que transferiu todas as contas da prefeitura de pagamento de aposentados e funcionários. Sobre este ponto, Souza (2008) declara:

Assim, se inicia um novo ciclo, os funcionários da prefeitura recebendo na cooperativa, gastavam novamente os seus salários no comércio local, o que devolvia o dinheiro para a cooperativa com a abertura de contas, tornando possível revigorar o giro financeiro no município. Com essa ação pretendia-se iniciar o processo de fomento da poupança interna no município, pois o recebimento em São Roque desencorajava os gastos em Piumhi e o dinheiro voltaria a circular no município. (SOUZA, 2008:69).

De acordo com Souza (2008), em 1994 com as poupanças do município que estavam em Piumhi captadas e simultaneamente o advento do Plano Real e queda da inflação no país, a cooperativa iniciou ações de investimento ao setor agrícola local afim de aumentar a produção e a produtividade, em um primeiro momento, o foco estava voltado para o setor cafeeiro, cultura tradicional na região que apresenta solo fértil e clima favorável. A cooperativa disponibilizou mudas de café aos produtores que pagariam com sacas do produto após dois anos, ou seja, todo o crédito cedido pela cooperativa era revertido para a produção. A ação foi realizada com êxito e a população viu o aumento das vagas de emprego e da riqueza, uma vez que, era um investimento com retorno garantido.

Outra decisão da diretoria foi elaborar ações de investimento voltadas para a cultura do milho, assim a cooperativa distribuiu entre os produtores cerca de R\$ 80.000,00 entre os produtores interessados. Diferente dos investimentos voltados para o setor cafeeiro em que a cooperativa distribuía mudas a quem quisesse plantar, os investimentos para a produção de milho foram destinados para aqueles que já produziam, pois o objetivo da cooperativa era transformar a produção de subsistência em produção de escala comercial.

Assim como os investimentos no cafeeiro, os investimentos na cultura do milho tiveram êxito e o produto que até então era importado passou a ser exportado. Anos depois foi criada uma grande unidade de armazenamento para estocar a produção, dado que o município se tornou exportador de café e milho.

A partir de 1995 a Saromcredi iniciou seus investimentos no âmbito econômico-social, partindo da restauração do Sindicato Rural do município que estava falido e, no ano seguinte, ajudou a restaurar a cooperativa rural de São Roque de Minas (Coopersam), que se tornou a Coocanastra e atualmente é a Coopercitrus. Da parceria com o Sindicato Rural surgiu um convênio com o SENAR, o que permitiu acesso da população a diversos cursos, como fabricação de doces caseiros, bordados, pastagem e plantio de milho e café. Também foi criada com o incentivo da cooperativa a Associação Comercial e Empresarial (ACE) e a Cooperativa Educacional de São Roque de Minas, esta ampara o funcionamento do Ellos Instituto de Educação, uma escola privada fundada no município que atende alunos do primeiro ano do ensino básico até o terceiro ano do ensino médio.

No início de 2000, a cooperativa em parceria com a ONG francesa Fert voltou seus investimentos para a qualificação da produção do queijo minas produzido de forma artesanal na serra da canastra, através de viagens de intercâmbio e aquisição de gado leiteiro para aprimoramento da genética. Como resultado desse investimento, o produto foi reconhecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e também recebeu a Certificação de Origem pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Também no início dos anos 2000, a Saromcredi passou a disponibilizar internet banda larga para os associados através da manutenção do Provedor de Internet SRMinas.

Em 6 de novembro de 2004, a cooperativa se tornou aberta e de livre admissão, ou seja, a partir daquele momento foi possível a associação de pessoa física ou jurídica de natureza pública ou privada. Atualmente, a cooperativa atua nos municípios Cássia, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Passos, Poços de Caldas, Pratinha, São João Batista da Glória, São Roque de Minas, Vargem Bonita e Bambuí, oferecendo um variado portfólio de soluções financeiras. Buscando evidências que comprovem o impacto da atuação da cooperativa nesses municípios, no próximo capítulo, abordaremos dados financeiros da Sicoob Saromcredi e de outras instituições bancárias e dados de desenvolvimento. Dessa forma, as parcerias firmadas entre a cooperativa e as outras entidades do município foram importantes para a expansão da área de atuação da cooperativa Sicoob Saromcredi.

CAPÍTULO 3. COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

Neste capítulo temos como objetivo mostrar a importância das cooperativas de crédito em pequenos municípios, analisando o impacto da atuação do Sicoob Saromcredi nos municípios em que há postos de atendimento. Para isso serão utilizados dados econômicos e sociais, como dados financeiros da cooperativa e de outras instituições bancárias presentes em alguns destes municípios, renda per capita, demografia, Índice de Desenvolvimento Humano e outros. O capítulo se divide em três partes, inicialmente discutimos sobre as instituições financeiras e seus montantes monetários em ativo, passivo e carteira rural, em um segundo momento caracterizamos os municípios em que tem postos de atendimento do Sicoob Saromcredi e, por fim, detalhamos o caso de São Roque de Minas, município em que está focado o estudo de caso.

3.1 Dados financeiros referentes a Sicoob Saromcredi e a outras instituições bancárias

Com o objetivo de identificar os efeitos da atuação da cooperativa e a oferta endógena de moeda sobre pequenos municípios, analisaremos os resultados referentes ao sistema financeiro de todos os municípios em que a cooperativa possui postos de atendimento (PA's), no espaço temporal de quatro anos - 2012, 2013, 2014 e 2015. Sendo eles: São Roque de Minas, Cássia, Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Delfinópolis, Pratinha, Medeiros e Poços de Caldas. Os dados referentes a cooperativa estão disponíveis em seus demonstrativos contábeis publicados no site da instituição e são agrupados de todos os postos de atendimento, dessa forma, não temos os dados desagregados para cada um desses municípios.

Foi feito um comparativo da participação, em percentual, da carteira de crédito rural, aqui engloba o financiamento rural para a agricultura e pecuária referentes à custeio/investimento e comercialização, ativo e passivo entre a cooperativa Sicoob Saromcredi e outras instituições presentes nestes municípios a fim de visualizar a importância do fornecimento de crédito em pequenos municípios. Os dados financeiros da cooperativa Sicoob Saromcredi foram retirados dos balanços contábeis disponíveis no site da instituição, estes dados não são disponibilizados desagregados por município que possui que posto de atendimento e estão em periodicidade anual. Por outro lado, os dados das outras instituições foram coletados no site ESTIBAN com sazonalidade mensal e agrupados para análise de anual e passível de comparação com os dados da cooperativa. E os dados sociais foram coletados de forma secundária no site do Atlas do Desenvolvimento, IpeaData e Fundação João Pinheiro.

Em todos os anos de análise percebemos através das tabelas 1 e 2 que as demais instituições bancárias superam os valores de ativo, passivo e carteira rural em relação ao Sicoob Saromcredi. No entanto, muitos dos municípios já citados são atendidos exclusivamente pela cooperativa Sicoob Saromcredi, como São Roque de Minas, Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Pratinha e Medeiros. Dessa forma, a cooperativa é responsável por todo o crédito rural fornecido nesses locais e logo, a principal impulsionadora da economia local desses municípios de pequeno porte, que dependem essencialmente da atividade agrícola e têm baixa diversificação produtiva.

Tabela 1 – Ativo, passivo e carteira rural do Sicoob Saromcredi no período de 2012 a 2015, a preços de 2015

Ano	Ativo	Passivo	Crédito Rural
2012	R\$96.995.052,99	R\$96.995.052,99	R\$39.210.058,30
2013	R\$141.485.392,80	R\$141.485.392,80	R\$56.924.025,49
2014	R\$171.070.667,58	R\$171.070.667,58	R\$63.674.393,48
2015	R\$173.387.267,53	R\$173.387.267,53	R\$60.125.447,71

Fonte: ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município, Sicoob Saromcredi, Elaboração Própria.

Tabela 2 – Ativo, passivo e carteira rural de outras instituições bancárias no período de 2012 a 2015, a preços de 2015

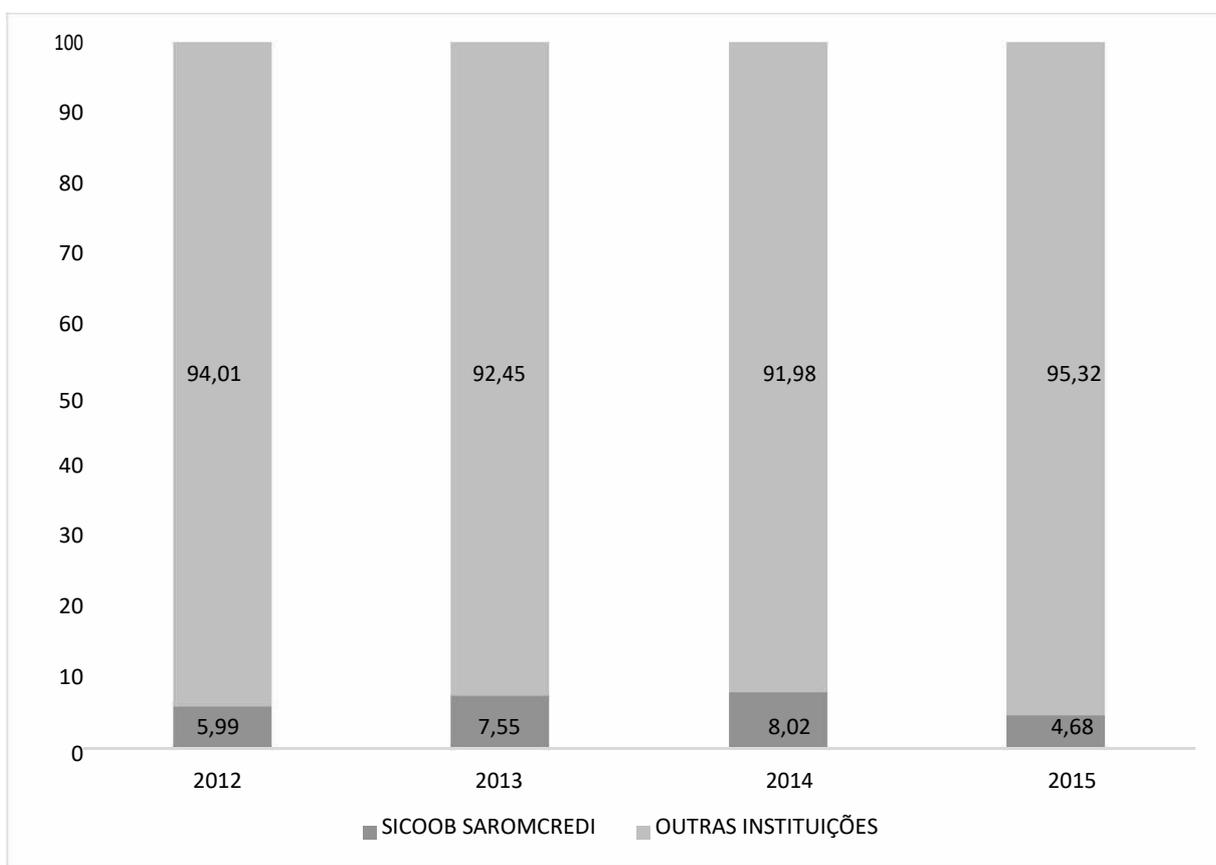
Ano	Ativo	Passivo	Crédito Rural
2012	R\$3.106.079.598,15	R\$3.106.079.598,15	R\$615.558.924,50
2013	R\$3.778.288.715,53	R\$3.778.288.715,53	R\$697.124.501,53
2014	R\$4.392.300.381,52	R\$4.392.300.381,52	R\$730.069.821,66
2015	R\$32.753.701.790,00	R\$32.753.701.790,00	R\$1.224.356.565,00

Fonte: ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município, Sicoob Saromcredi, Elaboração Própria.

Por outro lado, nos municípios Delfinópolis, Cássia e Poços de Caldas outras instituições bancárias atuam e possuem relevância na oferta de crédito rural como pode ser observado na tabela a seguir. Os dados agregados para 2012, 2013, 2014 e 2015 nos mostram que as outras instituições bancárias possuem maior relevância na oferta de crédito que a cooperativa. Como pode ser observado no Gráfico 1 as demais instituições bancárias presentes nos três municípios – Delfinópolis, Cássia e Poços de Caldas - foram responsáveis pelo

fornecimento de mais de 90% de crédito rural para a população, mas com uma tendência de queda entre 2012 e 2014. Em 2015 as outras instituições bancárias se tornaram responsáveis por 95,32% da carteira rural, este aumento pode ser explicado pela inclusão de Poços de Caldas na análise, pois neste ano foi inaugurado um Posto de Atendimento do Sicoob Saromcredi no município em que já havia uma maior diversificação da praça bancária, contava com o Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal, Kirton Bank, Banco Mercantil do Brasil S.A, Itáú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Santander S.A.

Gráfico 1 – Comparativo da participação em percentual da cooperativa Sicoob Saromcredi e outras instituições bancárias na carteira rural em todos os municípios nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015



Fonte: Sicoob Saromcredi, Elaboração própria.

Tabela 3 – Dados desagregados dos municípios Delfinópolis, Cássia e Poços de Caldas no período de 2012 a 2015, a preços de 2015

Município	Ano	Ativo	Passivo	Crédito Rural
Delfinópolis	2012	R\$ 108.522.110,07	R\$ 108.522.110,07	-
	2013	R\$ 125.724.176,46	R\$ 125.724.176,46	-
	2014	R\$ 136.763.773,85	R\$ 136.763.773,85	-
	2015	R\$ 137.873.932,00	R\$ 137.873.932,00	-
Cássia	2012	R\$ 2.997.557.488,08	R\$ 2.997.557.488,08	R\$ 615.558.924,50
	2013	R\$ 3.652.564.539,07	R\$ 3.652.564.539,07	R\$ 697.124.501,53
	2014	R\$ 4.255.536.607,67	R\$ 4.255.536.607,67	R\$ 730.069.821,66
	2015	R\$ 4.368.111.658,00	R\$ 4.368.111.658,00	R\$ 717.386.627,00
Poços de Caldas	2015	R\$ 28.385.590.132,00	R\$ 28.385.590.132,00	R\$ 506.969.938,00

Fonte: ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município, Sicoob Saromcredi, Elaboração Própria.

Na tabela anterior podemos analisar os dados desagregados das outras instituições bancárias nos municípios Delfinópolis, Cássia e Poços de Caldas. Dos três municípios que possuem praça bancária mais diversificada é possível perceber uma tendência de menor participação da cooperativa no município mais populoso, com maior diversificação da praça bancária e maior nível de renda, ou seja, Poços de Caldas. Por outro lado, nos municípios menores, com praças bancárias menores e menores níveis de renda - Delfinópolis e Cássia, a participação da cooperativa se mostra mais significativa, principalmente em Delfinópolis, onde o Itaú Unibanco tem uma carteira rural zerada. Sendo assim, o Sicoob Saromcredi foi o único responsável pelo financiamento rural para a agricultura e pecuária referentes à custeio/investimento e comercialização no município no período de análise. No entanto, não é possível visualizar o montante financiado a Delfinópolis pela cooperativa, pois nos demonstrativos contábeis disponibilizados pela cooperativa está o somatório do montante de todos os postos de atendimento.

Neste momento, a fim de entender esta diferenciação entre os municípios onde atuam a cooperativa Sicoob Saromcredi cabe abordar a classificação geográfica de cada município e o nível hierárquico das cidades de Minas Gerais. Os municípios menores – São Roque de Minas, Medeiros e Vargem Bonita pertencem à microrregião de Piumhi, município que, de acordo com Filho; Rigotti; Campos (2007) é um centro emergente, ou seja, está em fase de transição de

cidade pequena para cidade média no nível hierárquico das cidades de Minas Gerais e dentre suas características estão menos de 50000 habitantes e uma economia em estruturação muito ligada ao meio rural. São Roque de Minas, Medeiros e Vargem Bonita são pequenos, pouca diversificação produtiva, dependendo muito da atividade agrícola e do turismo da região da Serra Canastra. Dessa forma, não se tornam atrativos para os grandes bancos, nem mesmo para bancos públicos que estão ausentes nestes, logo a criação e a atuação da cooperativa se fazem significativa para o desenvolvimento desses municípios, por um lado, evita a fuga de capital como aconteceu em São Roque de Minas na década 1990 e, por outro lado, estimula a economia através de investimentos à agricultura e investimentos sociais. (ESTADO DE MINAS GERAIS, MESO E MICRORREGIÕES DO IBGE, 2010).

Por outro lado, Cássia e Delfinópolis estão na microrregião de Passos, segundo Filho; Rigotti; Campos (2007) é uma cidade média propriamente dita com características demográficas e funções econômicas intermediárias. Os municípios Cássia e Delfinópolis tem uma praça bancária ainda pouco diversificada e, no caso de Delfinópolis a outra instituição bancária não participa do fornecimento de crédito rural para o município. Portanto, mesmo para esses municípios localizados em outra microrregião, a cooperativa Sicoob Saromcredi se faz importante para a economia dos municípios por terem um perfil pouco atrativo para outras instituições bancárias.

No entanto, Poços de Caldas, cidade média de nível superior ficando abaixo apenas dos grandes centros regionais na hierarquia das cidades mineiras. (FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007) localizado na mesorregião de mesmo nome, tem uma praça bancária mais diversificada, é um município mais populoso e com uma economia mais diversificada e conta com uma participação significativa de outras instituições bancárias na oferta de crédito rural. (ESTADO DE MINAS GERAIS, MESO E MICRORREGIÕES DO IBGE, 2010).

Portanto, nos municípios de maior porte há uma maior diversificação no que se refere às instituições bancárias, e as cooperativas de crédito possuem um peso menor na oferta de crédito agrícola. Isso nos mostra uma dependência dos pequenos municípios em relação ao crédito, pois devido a características econômicas e demográficas não se tornam atrativos aos grandes bancos e ficam a margem do acesso ao crédito e não se desenvolvem. Sendo a cooperativa de crédito uma solução para a maioria desses municípios, pois segundo os pós-keynesianos, a oferta endógena de moeda através do crédito altera permanente a economia do município devido ao caráter não neutro da moeda. Na tabela a seguir podemos observar essa relação entre demografia e praça bancária dos municípios.

Tabela 4 – Demografia e praça bancária dos municípios em que tem postos de atendimento da cooperativa Sicoob Saromcredi em 2017

Município	População	Praça Bancária
São Roque de Minas	7.092	Sicoob Saromcredi
Cássia	18.057	Sicoob Saromcredi, Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A
Vargem Bonita	2.209	Sicoob Saromcredi
São João Batista do Glória	7.431	Sicoob Saromcredi
Delfinópolis	7.186	Sicoob Saromcredi, Itaú Unibanco S.A
Pratinha	3.569	Sicoob Saromcredi
Medeiros	3.756	Sicoob Saromcredi
Poços de Caldas	166.085	Sicoob Saromcredi, Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal, Kirton Bank, Banco Mercantil do Brasil, Itaú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Santander S.A.

Fonte: ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município, Elaboração Própria.

3.2 O caso de São Roque de Minas

Nesse capítulo buscamos aprofundar em indicadores sociais do município São Roque de Minas a fim de entender a participação da cooperativa na melhora desses indicadores.

De acordo com Siedenberg (2003, apud SOUZA, 2008), em 1950 o conceito de desenvolvimento se tornou um conceito-chave para as ciências sociais aplicadas, no entanto, em um primeiro momento, era sinônimo de crescimento e mensurado pelo Produto Interno Bruto e sendo a base da estratégia das agências e da elaboração das políticas locais, regionais e nacionais de desenvolvimento nesse período. Mas na década de 1970, a questão sobre indicadores socioeconômicos toma força e então um número crescente de cientistas sociais, institutos de pesquisa e organismos internacionais se dedicaram a desenvolver indicadores sociais para verificar o desenvolvimento de países e/ou regiões.

Em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi apresentado no relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e consistia na análise de aspectos da qualidade de vida de centenas de países, a partir de então sobre o conceito de desenvolvimento havia a concepção de desenvolvimento humano que engloba e mensura pontos relacionados à qualidade de vida.

Um indicador expressa em partes de um determinado aspecto de uma realidade complexa, portanto é uma unidade de medida parcial, substitutiva. Dessa forma, não há um indicador amplo o suficiente para mensurar todo um processo de desenvolvimento regional (SIEDENBERG, 2003, apud SOUZA, 2008). Para caracterizar o município São Roque de Minas e verificar se a criação da cooperativa potencializou o desenvolvimento do município serão apresentadas as evoluções de alguns indicadores como população ao caracterizar a população urbana e rural do município, Produto Interno Bruto através da análise da participação dos valores adicionados brutos dos setores de agropecuária, indústria, comércio e serviços e administração pública sobre o valor adicionado bruto do município, Índice de Desenvolvimento Humano analisando sua evolução em comparação ao índice em nível estadual e nacional, taxa de ocupação da população nos setores da economia e outros indicadores de renda, demografia, habitação e educação.

Na tabela 5 observamos os dados referentes a população total, população urbana e população rural no município São Roque de Minas nos anos 1991 (ano do surgimento da cooperativa), 2000 e 2010. Nos anos 90 a população do município era de 6323 habitantes, a maioria vivendo na zona rural, até os anos 2000 o crescimento populacional foi pequeno e a população urbana superou a população rural, em 2010 essa diferença se tornou maior com aproximadamente 50% da população do município vivendo no perímetro urbano. Este decréscimo populacional nos 90 pode ser justificado pela falta de dinamismo do município e a emigração da população, principalmente jovem, que buscava novas oportunidades e, por outro lado, o município passou por um êxodo rural com quase a metade da população morando na área urbana.

Tabela 5– População residente no município nos anos 1991, 2000 e 2010

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1991	6323	2755	3568
2000	6325	3728	2597
2010	6686	4222	2464

Fonte: Ipea Data, Atlas de Desenvolvimento Humano, Elaboração Própria.

O Índice de Desenvolvimento Humano leva em consideração para o seu cálculo o poder de compra per capita, a alfabetização e a esperança de vida ao nascer. Na tabela 6 vemos os valores deste índice para o município, o estado e o país. Em São Roque de Minas em 1991, o IDH era de 0,400 e em 2010 era 0,672 que, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, é um IDH considerado médio, portanto, desde a fundação da cooperativa até 2010, o IDH do município deixou de ser considerado extremamente baixo, ente 0,000 e 0,499 para um IDH médio, superior a 6,000 e inferior a 6,999. Em comparação ao IDH de Minas Gerais e do Brasil nos mesmos anos, o índice de São Roque de Minas continua inferior, mas com um crescimento maior. (Atlas Brasil, 2017).

Tabela 6 – Comparativo da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em São Roque de Minas, Minas Gerais e Brasil nos anos 1991, 2000 e 2010

Ano	IDH São Roque de Minas	IDH Minas Gerais	IDH Brasil
1991	0,400	0,478	0,493
2000	0,585	0,624	0,612
2010	0,672	0,731	0,727

Fonte: Ipea Data, Atlas de Desenvolvimento Humano, Elaboração Própria.

Sobre o IDH de São Roque de Minas, Souza (2008) afirma:

(...) apresenta boa situação ocupando a 1.424ª posição em relação aos municípios brasileiros. Assim, do total de 4.083 municípios, 74,8% estão em situação igual ou pior que São Roque. Em relação aos municípios do estado, São Roque também apresenta boa situação, ocupando a 185ª posição dentre os 853 municípios mineiros. (SOUZA, 2008:59).

O Produto Interno Bruto pode ser definido como a representação do valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país. Para Siedenberg (2003 apud

SOUZA, 2008), mesmo com o avanço da questão sobre indicadores de desenvolvimento nos anos 70 e apesar da falta de consenso sobre sua utilidade, o PIB não perdeu completamente sua relevância como indicador de desenvolvimento. Portanto, o PIB é um parâmetro parcial, pois o desenvolvimento levando a melhoria dos padrões de vida passa pelo crescimento.

Na tabela 7 é apresentada a participação dos setores de agropecuária, indústria, comércio e serviços e administração público no PIB do município São Roque de Minas no período de 2002 a 2018. Vemos uma significativa e crescente participação da agropecuária até 2005 que pode ser explicada pelo financiamento rural para a agricultura e pecuária referentes à custeio/investimento e comercialização fornecido pela cooperativa e, dessa forma, a agricultura que até na década 1990 era de subsistência se torna uma atividade importante para o município. Em 2010 observamos uma inversão desse movimento com a queda da participação da agricultura, movimento que seguiu o que acontecia na economia brasileira, período de crise econômica resultante da baixa demanda internacional resultante da crise de 2008.

Vemos a participação da indústria crescente em todo o período analisado, sofrendo uma pequena redução apenas em 2010. A participação do setor de comércio e serviços foi crescente em todo o período, o que pode ser justificado pela comercialização do queijo Canastra que desde 2000 os produtores são qualificados através de programas da cooperativa e também pelo turismo. Por outro lado, o setor de administração foi o que mais perdeu participação.

Tabela 7 - Participação em percentual dos valores adicionados brutos dos setores de agropecuária, indústria, comércio e serviços e administração pública no valor adicionado bruto do município São Roque de Minas nos anos 2002, 2003, 2004, 2005, 2010, 2015 e 2018

Ano	Participação VAB agropecuária	Participação VAB indústria	Participação VAB comércio e serviços	Participação VAB administração pública
2002	41,94%	3,81%	27,28%	26,97%
2003	47,85%	3,91%	27,65%	20,60%
2004	54,61%	3,34%	23,19%	18,86%
2005	50,77%	4,71%	24,59%	19,92%
2010	47,42%	4,58%	27,55%	20,45%
2015	44,42%	4,77%	30,61%	20,20%
2018	35,71%	11,74%	34,78%	17,78%

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, Elaboração Própria.

A respeito da população ocupada no município São Roque de Minas visualizamos na tabela abaixo estes dados agrupados em subsetores da economia, em anos anteriores e posteriores à criação da cooperativa Sicoob Saromcredi. Analisaremos o período anterior à criação da cooperativa, de 1989 a 1991, e o período posterior à criação da cooperativa, de 1992 a 2019. Além dessa divisão temporal os dados estão agrupados de acordo com os subsetores da economia que tem maior participação no total.

No período de 1989 a 1991 apenas três subsetores da economia geravam emprego - comércio atacadista, comércio varejista e administração pública, sendo o último o mais representativo. O subsetor de comércio varejista se manteve constante no período, mas no total percebemos uma trajetória de queda no número de ocupados. Em 1992 inicia uma pequena participação da agricultura com 6 pessoas ocupadas neste subsetor, com lento crescimento chegou a 286 ocupados em 2019. Em 1994 o subsetor de instituição financeira registra os primeiros dados com 13 pessoas ocupadas, todas no posto de atendimento do Sicoob Saromcredi em São Roque de Minas, dado que não há outras instituições financeiras no município, a princípio, este número se manteve constante, mas ao longo dos anos cresceu e chegou a 82 pessoas ocupadas neste subsetor em 2019. A partir dos anos 2000, o subsetor de alimentos e bebidas se alavancou e com uma rápida expansão chegou a ocupar 232 pessoas no ano de 2019.

No total, os resultados se mostram instáveis até 1992 com quedas ou crescimento insustentável. Após dois anos da criação da cooperativa essa situação se reverte e o número de ocupados inicia uma trajetória ascendente chegando a 1.362 pessoas ocupadas em 2019, a maioria nos subsetores de administração pública, agricultura e alimentos e bebidas. Dessa forma, percebemos valores estagnados ou em queda em todos os subsetores até 1993, a partir desse ano até 2000, os valores se tornam instáveis ou com pouco crescimento e então, a partir de 2000, todos apresentam uma trajetória crescente. Oscilações que podem ser explicadas pela ação da cooperativa em fomentar subsetores, principalmente a agricultura que demanda serviços de outros subsetores e pelos impactos conjunturais da economia brasileira na economia do município.

Tabela 8 – Número de trabalhadores agrupados de acordo com alguns dos subsetores do IBGE no período de 1989 a 2019

Ano	Alimentos e Bebidas	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituição Financeira	Administração Pública	Agricultura	Total
1989	-	8	12	-	84	-	122
1990	-	9	12	-	68	-	91
1991	-	7	12	-	66	-	95
1992	-	8	13	-	71	6	113
1993	-	8	15	-	63	6	106
1994	-	20	1	13	57	8	117
1995	-	14	5	13	78	8	129
1996	5	16	2	13	86	9	142
1997	-	12	8	14	149	14	204
1998	-	19	7	17	141	8	230
1999	1	23	9	19	150	12	249
2000	2	25	10	19	145	19	257
2005	10	47	0	37	212	80	478
2010	105	128	23	37	305	200	904
2015	173	203	30	54	322	183	1.112
2019	232	208	47	82	322	286	1.362

Fonte: MTBE – RAIS.

Outros indicadores relacionados à renda, demografia, habitação e educação sobre o município estão na tabela 9, estes também avançaram no período de 1991 a 2010. A renda per capita de São Roque de Minas passou de R\$ 344,44 em 1991 para R\$ 621,11 em 2010, a proporção de pobres reduziu em mais da metade, passando de 22,72% em 1991 para 7,33% em 2010 efeito da geração de novos empregos no município. A esperança de vida ao nascer aumentou aproximadamente 8 anos resultante de uma melhor qualidade de vida e acesso a serviços de saúde, a proporção de domicílios com energia elétrica chegou a quase 100% em 2010, efeito do aumento de renda que viabilizou o acesso a esse serviço e, por fim, a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo teve um aumento significativo e chegando a 33,2% em 2010, também resultado de um maior nível de atividade econômica no município e, conseqüente aumento de renda, pois quanto mais estruturado o ambiente familiar

mais tarde o jovem pode abrir mão dos estudos, dado que não precisa colaborar com as despesas da família.

Tabela 9 – Outros índices de desenvolvimento

Ano	Renda per capita (a preços de 2010)	Proporção de pobres	Esperança de vida ao nascer (anos)	Proporção de domicílios com energia elétrica	Proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo
1991	R\$363,64	22,72%	67,2	50,52%	6,07%
2000	R\$524,46	15,26%	72,3	80,42%	26,95%
2010	R\$ 621,11	7,33%	75,3	97,31%	33,22%

Fonte: Ipea Data, Atlas de Desenvolvimento Humano, Elaboração Própria.

Portanto, os indicadores socioeconômicos analisados melhoraram e consequentemente a qualidade de vida no município, principalmente após a criação da cooperativa. Portanto, a oferta endógena de moeda através de crédito ofertado pelo sistema bancária como afirmam os pós-keynesianos, alteraram a dinâmica do município, e assim, verificamos o caráter não neutro e integral da moeda. O impacto direto na atividade econômica do município gerando mais empregos, mais renda, mais educação, dando acesso serviços e ampliando a expectativa de vida levou a um ciclo positivo de desenvolvimento como desenvolveu Myrdal (1957) na teoria sobre “causação circular e cumulativa” e o desenvolvimento de indústrias motrizes e movidas mesmo o município não sendo um polo como desenvolveu Perroux (1955) em “polos de crescimento”.

Porém, cooperativa não é o único elemento que explica a melhoria dos indicadores utilizados. A cooperativa Sicoob Saromcredi desempenha papéis importantes no município, como ao viabilizar que os recebimentos e pagamentos sejam feitos dentro do município, a possibilidade dos agricultores poderem contar com o crédito para financiar suas atividades, a qualificação de produtores rurais e a certificação do Queijo Canastra. No entanto, não é possível mensurar o que foi impacto da cooperativa e o que não foi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O financiamento da agricultura no Brasil é orientado, por um lado, para o mercado e, por outro lado, baseado em políticas públicas. Quando voltado para o mercado existe uma tendência a focalização em grandes empresas dispendendo mais crédito para os produtores ligados a sistemas integrados e concentração bancária, dessa forma, os pequenos produtores permanecem desamparados e dependentes de intervenção governamental, como resultado há uma concentração da produção e aumento das desigualdades. (SOUZA, 2008). Uma vez que municípios pequenos não são atrativos para os grandes bancos, se faz necessária a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento. Portanto, a oferta endógena de moeda iniciada pelo Sicoob Saromcredi teve um impacto não mensurável sobre desenvolvimento recente local que pode ser relacionado com teorias da economia regional.

Myrdal desenvolveu os conceitos de causação circular e cumulativa e o município São Roque de Minas ao romper o ciclo vicioso de fuga de renda para municípios vizinhos entrou em um ciclo positivo de desenvolvimento. Com o fornecimento de cursos de capacitação e fazendo a ponte entre produtores e o mercado consumidor através da parceria com a cooperativa Coocanastra potencializou a produção local de grãos e do queijo Canastra, aqui percebemos a ideia de North e Perroux, mesmo que o município esteja longe de ser um polo o desenvolvimento ordenado da produção de queijos e grãos se tornou uma indústria motriz que alavancou as indústrias movidas, como a de máquinas agrícolas e a própria cooperativa Coocanastra que estava estagnada, e todas essas mudanças na estrutura produtiva que levaram ao desenvolvimento de uma base exportadora no município se deu devido a oferta endógena de moeda e sua característica de não neutralidade.

Dessa forma, uma concentração bancária que se volta essencialmente para grandes produtores deixando de estar presente em pequenos municípios que tem suas potencialidades, mas não estão integrados nos grandes sistemas é um dos fatores que levam ao desenvolvimento regional desigual. Nesse sentido, a posição intervencionista em regiões retardatárias defendida por Hirschman se faz necessária para iniciar o processo de desenvolvimento que depende de moeda endógena e não neutra capaz de modificar a estrutura produtiva no longo prazo. No caso de São Roque de Minas, município com uma atividade econômica pouco diversificada e essencialmente agrícola, os indicadores analisados no capítulo 3 foram impactados, em parte, pela criação da cooperativa, pois através dela se iniciou a oferta de moeda e, conseqüentemente levou a uma aumento da renda interna no município alavancando os indicadores de desenvolvimento, como a redução da desigualdade de renda e elevação do patamar do Índice

de Desenvolvimento Humano e, por outro lado, por fatores externos à criação da cooperativa, não sendo possível definir o quanto a cooperativa impactou o desenvolvimento recente de São Roque de Minas. Logo concluímos que, em pequenos municípios a falta de atrativo para bancos privados e até mesmo bancos públicos deixa estes municípios a margem do desenvolvimento. Portanto, fica nítida a necessidade de criar políticas públicas voltadas para estes municípios, principalmente em um país continental como o Brasil, onde diversos municípios devem se encontrar sem uma fonte de moeda e financiamento impactando diretamente na atividade econômica local, na qualidade de vida, no desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. M. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 18, n. 1, 1 Jan. 1998.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. O nível hierárquico das cidades médias de Minas Gerais. *Raega*, Curitiba, v. 1, n. 13, p. 7-18, nov. 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/files/2009/05/oswaldo-bueno.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ANDRADE, Carla Michelle Coelho de. **Crédito e Crescimento Econômico: uma análise da relevância dos tipos de crédito no Brasil**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-8F8N4T/1/carla_michelle_coelho_de_andrade__disserta__o.pdf. Acesso em: 09 jun. 2019.

BARDEN, Júlia Elisabete. Desenvolvimento Regional sob o Enfoque Pós-Keynesiano. **Revista do Departamento de Ciências Econômicas, do Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós Graduação em Administração**, [s. l], v. 1, n. 25, p. 21-35, jun. 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/120>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BARRA, Claudio; CROCCO, Marco. Moeda e Espaço no Brasil: Um Estudo de Áreas Seleccionadas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 393-412, set. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572004000300393&script=sci_arttext. Acesso em: 13 nov. 2019.

BARRA, Cláudio; CROCCO, Marco Aurélio. **Moeda e espaço no Brasil: Uma análise pós keynesiana**. 2002. 39 f. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td181.html>. Acesso em: 07 maio 2019.

BOARD, E. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana a visão convencional. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 13, n. 1, 1 Jan. 1993.

BRASIL, Atlas. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL, Banco Central do. **ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município**. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAGED. **RAIS**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CARVALHO, André; LEITE, João. **A Cidade Morria Devagar : O Romance De Uma Cooperativa**. São Roque de Minas: Armazem de Ideias, 2004. 304 p.

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; JAYME JUNIOR, Frederico Gonzaga. **Preferência pela Liquidez, Sistema Bancário e Disponibilidade de Crédito Regional**. 08. 22 f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Cap. 2004. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/cdptexdis/td237.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

CROCCO, Marco *et al.* O Estudo do Gap Regional de Crédito e seus Determinantes, sob uma Ótica pós Keynesiana. **Revista Economia**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 281-307, ago. 2011. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n2p281_307.pdf. Acesso em: 05 maio 2019.

CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; RODRIGUES JUNIOR, Waldery (org.). **Economia Regional e Urbana: Teorias e Métodos com Ênfase no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. 410 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=11066. Acesso em: 19 nov. 2019.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **Estado de Minas Gerais Meso e Micro Regiões do IBGE**. Brasília: Estado de Minas Gerais, 2010. 18 p. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listameso_micro.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

IPEADATA. **Regional**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 01 fev. 2021.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e**

Sociedade, Campinas, v. 25, n. 2, p. 489-509, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/M8BYFxtzZBpg8Bj6qKvTB7C/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.

MISSIO, Fabricio J.; JAYME JUNIOR, Frederico G.; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de. **Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Econômico: Teoria e Evidência Empírica para os Estados Brasileiros (1995-2004)**. 2010. 34 f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/2010/642-379-desenvolvimento-financeiro-e-crescimento-economico-teoria-e-evidencia-empirica-para-os-estados-brasileiros-1995-2004>. Acesso em: 10 set. 2019.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Ortodoxia e Heterodoxia Monetária: a Questão da Neutralidade da Moeda. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 323-345, jul. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572004000300323. Acesso em: 25 out. 2019.

MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, Bruno de Oliveira et al (org.). **Economia Regional e Urbana: Teoria e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. p. 1-410. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_econregionalurbanaa.pdf. Acesso em: 01 dez. 2019.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito História da evolução normativa no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. 86 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

QUAGLIO, Gislaíne de Miranda. O aspecto financeiro do desenvolvimento regional: uma abordagem pós keynesiana. **Revista Iniciativa Econômica**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 1-26, nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/6625/4867>. Acesso em: 07 maio 2019.

SAROMCREDI, Sicoob. **Institucional - Demonstrativos Contábeis**. Disponível em: <http://www.sicoobsaromcredi.com.br/demonstrativos-contabeis>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SOUZA, Alzira Silva de. **Cooperativismo de Crédito: realidades e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ocerj – Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, 1992. 144 p. Disponível em: http://www.cecremef.com.br/docs/cooperativismo_credito_realidade_perspectiva.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

SOUZA, Márcia Maria Celestino de. **Gestão Cooperativa e Desenvolvimento Local: Um Estudo de caso na Cooperativa de Crédito de São Roque de Minas / Sicoob-Saromcredi**. 2008. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4094/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

VASCONCELOS, Marcos Roberto; FUCIDJI, José Ricardo; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; ASSIS, Danyel Lopes de. O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados em painel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 123-149, jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643058>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Anexo 1 – Normatização do cooperativismo de crédito no Brasil no período 1907 a 2008

Data	Comunicado/Circular/Carta-Circular	O que define
5 de janeiro de 1907	Decreto do Poder Legislativo nº 1.637	As cooperativas poderiam se organizar como sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou comandita ² e permitia as cooperativas receberem dinheiro a juros de não sócios.
Em 31 de dezembro de 1925	Lei nº 4.984	Extinguiu a exigência das cooperativas do tipo Luizzatti e Raiffeisen expedirem carta patente e pagarem quotas de fiscalização, dessa forma, a fiscalização ficou a cargo do Ministério da Agricultura.
Junho de 1926	Decreto nº 17.339	Passou a tarefa de fiscalizar as cooperativas de crédito ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, um órgão pertencente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

19 de dezembro de 1932	Decreto n° 22.239	As cooperativas que efetuassem operações de crédito real, operações de crédito mercantil e seguros de vida dependiam da autorização do governo para se constituírem. Através deste decreto também surgiram outros tipos de cooperativas de crédito como as cooperativas de crédito profissional, de classe ou de empresas, cooperativas de crédito mútuo, cooperativas populares de crédito urbano e cooperativas de crédito agrícola. Além da definição das características de cada tipo de sistema cooperativo e os objetivos das cooperativas.
19 de março de 1941	Decreto-Lei n° 581	Aprovou o regulamento de fiscalização das cooperativas.
1943	Decreto-Lei n° 5.893	Retornou para o Ministério da Agricultura a fiscalização das cooperativas além disso, criou a Caixa de Crédito Cooperativo, voltado para

		o incentivo e financiamento do cooperativismo.
Dezembro de 1945	Decreto n° 8.401	Deixou sob o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura a função de fiscalizar as cooperativas em geral.
13 de agosto de 1951	Lei n° 1.412	Alterou a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), instituição controlada pela União.
1957 e 1958	Decretos n° 41.872 e 43.552	Deixou no âmbito da SUMOC a fiscalização das cooperativas de crédito inclusive as cooperativas mistas com seção de crédito e reafirmou a participação do Serviço de Economia Rural (SER) órgão do Ministério da Agricultura na fiscalização das cooperativas.
1964	Lei n° 4.595	Transferiu para o Banco Central do Brasil as funções até então do Ministério da Agricultura, ou seja, ficou sob o controle do Bacen autorizar o funcionamento e fiscalizar as cooperativas de crédito.

28 de janeiro de 1966	Resolução n° 15	Definiu que as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas mistas poderiam captar apenas depósitos à vista e proibiu distribuição de sobras entre associados.
2000	Resolução n° 2.788	Autorizou a criação de bancos múltiplos cooperativos.
25 de junho de 2003	Resolução n° 3.106	Revogou as Resoluções anteriores, n° 2.771 e n° 3.058, assim autorizou a criação de cooperativas de livre admissão de associados contanto que houvesse menos de cem mil habitantes na localidade e a alteração de cooperativas para cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de setecentos e cinquenta mil habitantes.
Novembro de 2003	Resolução n° 3.140	Permitiu a criação de cooperativas de crédito de empresários ligados ao mesmo sindicato.
Dezembro de 2003	Resolução n° 3.156	Autorizou a contratação de correspondentes no país pelas cooperativas de crédito.

17 de julho de 2003	Circular nº 3.196	Redução da exigência de patrimônio de referência de bancos cooperativos, cooperativas centrais e cooperativas singulares filiadas a centrais para níveis similares a de bancos múltiplos e bancos comerciais.
20 de agosto de 2003	Circular nº 3.201	Posteriormente alterada pela Circular nº 3.311 de 2006, define os procedimentos complementares a serem observados pelas cooperativas de crédito relacionado à instrução de processos.
16 de janeiro de 2005	Comunicado nº 12.910	Proibição de associações de cooperativas de mesmo grau e de grau superior com aquelas de grau inferior.
30 de setembro de 2005	Circular nº 3.294	Redução do fator de ponderação de risco das operações efetuadas entre cooperativas centrais e filiadas, e centrais com bancos cooperativos, para o patamar de 20%.

30 de setembro de 2005	Resolução nº 3.321	Revogou as Resoluções nº 3.106 e 3.140 foram revogadas pela Resolução nº 3.321 de 30 de setembro de 2005 que viabilizou a criação de cooperativas de livre admissão em regiões com até trezentos mil habitantes
2006	Resolução nº 3.346	Constituiu e regulamentou o Procapcred, um programa voltado para o fortalecimento da estrutura patrimonial das cooperativas.
26 de janeiro de 2006	Carta-Circular nº 3.223	Criação de rubricas no Cosif para registro das operações realizadas entre cooperativas centrais e filiadas, e centrais e bancos cooperativos.
2 de fevereiro de 2006	Circular nº 3.314	Definição sobre modificações no capital social, constituição do fundo de reserva, destinação das sobras e compensação das perdas das cooperativas de crédito.
3 de fevereiro de 2006	Carta-Circular nº 3.224	Exposição da base de cálculo do Fundo de

		Assistência Técnica, Educativa e Social.
28 de fevereiro de 2007	Resolução nº 3.442	Revogou a Resolução nº 3.321 de 2005 e possibilitou a transformação de cooperativas de crédito de livre admissão em localidades com até 1,5 milhão de habitantes.
24 de abril de 2007	Carta-Circular nº 3.274	Exposição dos critérios que devem ser observados para a constituição de fundos ao amparo.

Fonte: Elaboração própria; Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil., Pinheiro (2008).